

Para o que vivemos

Luiz Marques

07/04/2025

Muitas de nossas concepções sobre cultura são herança da Antiguidade clássica. A começar pelo cuidado com a formação do indivíduo (*paideia*) e os valores morais (*aretê*) que enfatizam o papel da cidade-Estado como educadora dos cidadãos. No Renascimento, o legado configura uma nova mentalidade ressaltando a subjetividade e o protagonismo do indivíduo na história. O mundo torna-se mais complexo e as manifestações culturais recebem uma autonomia crescente.



No século XVIII, com a ascensão da burguesia os postulados do contrato, do mercado, da razão aplicada à ciência e do Estado-nação festejam o nascimento da Modernidade. Os valores passam a ser aceitos ou impingidos como universais. Contudo, junto vêm todas as contradições entre os fins particulares e os objetivos gerais da civilização. Injustiças sociais, opressão econômica, conflitos bélicos e corrupção ilustram a tragédia moderna. As disposições classistas assimétricas de produção (Marx) e as ideias e crenças (Weber) refletem as estruturas sociais desiguais.

No século XIX e XX, o saber científico e positivo respalda o colonialismo. A Revolução Industrial e a divisão de classes sociais incrementam manifestações culturais. Fala-se em uma separação da alta cultura e da cultura popular, oficial e não oficial, rural e urbana. A indústria cultural e os meios de comunicação de massas se expandem, pasteurizam. Os gostos e os estilos de vida são enquadrados. Pelo poder que concentram, os veículos de mídia corporativa se revelam uma ameaça à democracia. Após a Segunda Guerra, irrompe o debate sobre a consciência empírica e possível.

Desse modo, a cultura se transforma em um permanente campo de batalhas, onde formas simbólicas de dominação abrem uma área específica de pesquisas. As diferenças destacam o multiculturalismo, as subculturas e as etnias na constituição da personalidade individual. Extratos médios da população se entregam ao consumo para imprimir sua identidade e uma capacidade de expressão.

Para os filósofos Agnes Heller e Ferenc Fehér, em *A condição política pós-moderna*: “Os que preferem habitar a Pós-Modernidade ainda vivem entre modernos e pré-modernos, pois a própria fundação daquela consiste em ver o mundo como uma pluralidade de espaços e de temporalidades heterogêneos”. Em termos políticos, o que caracteriza a conduta pós-moderna é se situar além da perspectiva teleológica das “grandes

narrativas” (liberalismo, socialismo, fascismo).

Seduções e desenganos

No emaranhado de atividades diversas, quem procura uma unidade entre o surgimento de mitos, ritos, credos religiosos, obras de arte, teorias científicas deve procurar o denominador comum, não nos produtos, mas no processo criador que promete a transformação pessoal e social, com a unidade da desunião e da ambiguidade. O expressionismo, o simbolismo, o cubismo trazem a multiplicidade cambiante da experiência humana. O surrealismo projeta alternativas à realidade.

Perante um sistema multifacetado, os intérpretes concluem que não há uma Modernidade, senão uma constelação de modernismos em correspondência com a intersecção das classes sociais. Viena pela relação entre burguesia e aristocracia; Berlim pela relação entre burguesia e Estado; Paris em função do peso da pequena burguesia; São Paulo pelo peso da burguesia. Estações de trens, bares permitem aos trabalhadores sair dos bairros marginais para os cenários em ebulição.

Não obstante, pairam dúvidas sobre os discursos demasiado otimistas sobre mudanças com vistas à libertação dos aglomerados subalternos. Na globalização os discursos se fragmentam. O futuro é um desconhecido. A tecnologia e a informação modificam a percepção do tempo e do espaço. O capital invade todos os escaninhos da sociabilidade que até então não tinham sido mercantilizados, como as praças e escolas públicas e as reservas naturais. Agora corpos e até almas estão à venda.

Sob o teto do neoliberalismo, vivemos cindidos em segmentos sociais com regramentos legitimados pela ordenação pragmática da eficiência, desempenho, produtividade e rendimento que delinea nossas vivências e expectativas na cultura contemporânea. Tal é a lógica cultural do capitalismo tardio. Crescentemente consumimos os símbolos, o espetáculo (televisão, computadores, vídeos) na era das formas – publicidade, desenho, arquitetura. O figurativo (a imagem) supera o discursivo (a palavra). Os políticos sociopatas da extrema direita surfam com desenvoltura na onda.

Hoje o conceito de cultura possui diversas implicações. Vai do conjunto de valores compartilhados num período histórico ao que distingue a identidade nacional, étnica ou sexual. No limite, incita refregas e motivos para matar – Bosnia, Belfast, Ruanda. Pode designar a cultura policial ou da empresa ou do samba sem conexão orgânica. “O princípio inspirador da vida moral ou religiosa, da literatura, da arte, da ciência e da filosofia, bem como de sua organização política ou econômica não casa com o caráter híbrido e plural das formas culturais atuais”, sublinha o sociólogo Josep Picó, no ensaio *Cultura y Modernidad: seducciones y desengaños de la cultura moderna*.

Um significado último

A economia do conhecimento acumula mais riqueza do que a economia da produção. A linguagem informática é o novo esperanto. O real confunde-se com a imaginação. A coerção cede a vez à sedução para consumir o que, antes, era tido por supérfluo ao revés de básico. O arquétipo ideal do indivíduo neoliberal está vinculado ao mercado por intermédio da pedagogia, não para a cidadania, senão para os passeios no *shopping center*. Em ambas as situações, a política vai para o escanteio. Contam a estética da mercadoria e a espetacularização do consumo para performar.

A cultura é o trabalho sobre a natureza e, o trabalho, é exploração. Daí a frase de Walter Benjamin de que todo documento de civilização é também um registro da barbárie. Os meios coletivos de conquistar as metas libertárias da contracultura dos anos 60 são abandonados e esquecidos, sem a sua base política anticapitalista. Já o arcabouço convencional do fazer político (os partidos), sem desfraldar as utopias são postos sob suspeição e, qual os sindicatos, perdem filiados.

A cultura precisa reencontrar uma plataforma política que dialogue com a dimensão do social e do econômico, para vencer a fragmentação organizativa e de propósitos. Enfim, para fazer a vida valer a pena ser vivida e a sociedade interagir como uma verdadeira sociedade com os sócios. O valor transcendente da

cultura está em materializar os sonhos coletivamente. Não basta denunciar os limites da existência no cotidiano, é necessário forjar os instrumentos de emancipação.

Movimentos que protestam contra alienações reproduzem a reificação através da sua fragmentação. Com efeito, as bandeiras capazes de construir a agenda global forte (o nacionalismo revolucionário, o feminismo, as lutas étnicas e ambientalistas) seguem fora de foco, apesar de a cultura enquanto identidade ser uma continuação da política por outros caminhos. As solidariedades de grupo são subestimadas, secundarizadas, com o que o potencial de mobilização nas ruas diminui.

A cultura como civilidade ou como comercialização não descortina horizontes. Já a cultura como identidade desperta a consciência do povo para a luta pela liberdade e a igualdade. Conforme o professor de Literatura da Universidade de Oxford, Terry Eagleton, em *A ideia de cultura*: “A cultura não é unicamente aquilo de que vivemos. Ela também é em grande medida aquilo para o que vivemos. Afeto, relacionamento, memória, parentesco, lugar, comunidade, satisfação emocional, prazer intelectual, um sentido de significado último”. Que cada um siga o seu coração.

Luiz Marques é Docente de Ciência Política na UFRGS; ex-Secretário de Estado da Cultura no Rio Grande do Sul.